

VEMGES & III SICODE

Encontro Maranhense Sobre Gênero,
Educação e Sexualidades

Simpósio Nacional Corpos e
Diversidade na Educação

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS

 [gesepe.ufma](https://www.instagram.com/gesepe.ufma)

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



DESAFAZENDO A PRECARIEDADE NARRATIVA SOBRE GÊNEROS E SEXUALIDADES NA EDUCAÇÃO INFANTIL¹

Susy Kelly Azevedo de Melo²

Jônata Ferreira de Moura³

Resumo: O artigo tem como objetivo analisar como narrativas insurgentes produzem deslocamentos nas normatividades de gêneros e sexualidades no contexto da Educação Infantil, dialogando com referenciais pós-estruturalistas, feministas e (auto)biográficos. Metodologicamente, defende-se uma abordagem qualitativa, interpretativa e interseccional, comprometida com a escuta sensível e com a produção compartilhada de conhecimento. Fez-se uso do método biográfico e da entrevista narrativa configurando como estratégias potentes para acessar experiências subalternizadas. Os resultados apontam que, a narrativa é um espaço onde se ensaiam pedagogias outras, menos vinculadas à normatividade e mais habitáveis, encarnadas e situadas. E a precariedade dos corpos generificados manifesta-se na exclusão curricular, na patologização das identidades trans, no silenciamento das experiências lésbicas, gays e bissexuais, e na invisibilização das interseccionalidades entre raça, classe e território.

Palavras-chave: Narrativas. Educação Infantil. Corpos.

Introdução

Este trabalho articula narrativas biográficas em diálogo com estudos de gêneros e sexualidades dissidentes no campo educacional. Partimos da compreensão de que a precarização de corpos não é apenas material, mas também simbólica, discursiva e epistemológica, incidindo sobre corpos generificados, racializados e sexualizados que, historicamente, foram produzidos como abjetos ou desviantes.

¹ Texto fruto da dissertação de mestrado da primeira autora, orientado pelo segundo autor.

² Doutoranda em Educação. Universidade São Francisco, Itatiba, São Paulo, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-7276-1325>. E-mail: susyaazevedo@gmail.com.br.

³ Doutor em Educação. Universidade São Francisco, Itatiba, São Paulo, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7733-5568>. E-mail: jf.moura@ufma.br.

VEMGES & III SICODE

Encontro Maranhense Sobre Gênero,
Educação e Sexualidades

Simpósio Nacional Corpos e
Diversidade na Educação

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS

 [gesepe.ufma](https://www.instagram.com/gesepe.ufma)

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



A educação, longe de ser espaço neutro, constitui-se como território de disputa. Nela se produzem normas, interdições, silenciamentos e também fissuras. Ao tomar as narrativas como método, objeto e epistemologia, o trabalho aposta na potência da palavra situada como gesto ético e político, em que narrar-se é deslocar regimes de verdade, é inscrever a experiência como saber legítimo e é disputar os sentidos do que pode ser reconhecido como vida vivível.

O objetivo deste texto é analisar como narrativas insurgentes produzem deslocamentos nas normatividades de gêneros e sexualidades no contexto da Educação Infantil, dialogando com referenciais pós-estruturalistas, feministas e (auto)biográficos. O texto organiza-se em três movimentos: uma breve discussão sobre precariedade e poder; discussão das narrativas como prática insurgente; e implicações metodológicas e formativas.

Narrativas insurgentes face à precariedade dos corpos

A noção de regimes de verdade, inspirada em Michel Foucault, permite compreender como discursos educacionais produzem normalizações de gêneros e sexualidades, a partir de uma dinâmica disciplinar que regula corpos, temporalidades e afetos. A escola, nesse sentido, age como uma tecnologia que articula saber e poder, portanto, elege comportamentos desejáveis, normaliza-os e os propaga de modo a torná-los operantes e circulantes, perpetuando assim, um *modus operandi* conhecido, pautado em relações de poder. Por outro lado, onde há poder, há resistência. Nesta mesma escola, comportamentos subversivos, tensionamentos e outras configurações do si são observáveis. Para Lorenzini (2020, p. 26),

VEMGES & III SICODE

Encontro Maranhense Sobre Gênero,
Educação e Sexualidades

Simpósio Nacional Corpos e
Diversidade na Educação

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS

 [gesepe.ufma](https://www.instagram.com/gesepe.ufma)

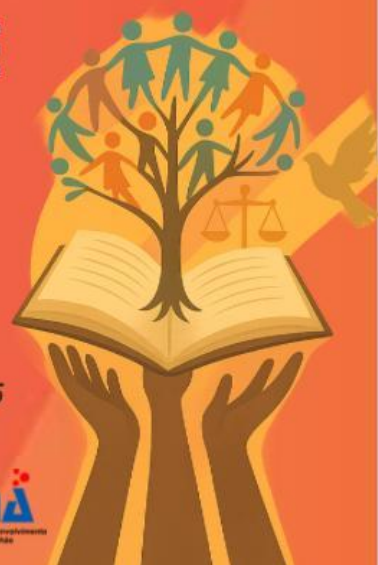
Realização



Apoio



 8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



[...] a história da verdade de Foucault nos incita a pensar de outro modo e a transformar nossa concepção comum e compartilhada da verdade: a verdade não é exclusiva nem originalmente uma questão científica ou epistemológica, mas uma questão política, ou melhor, ético-política.

É nesse intervalo que emergem narrativas insurgentes. A partir do questionamento do que é verdadeiro e da desnaturalização do conhecido e elegível como verdade, questiona-se como certas verdades são absorvidas como verdadeiras, em detrimentos de outras. A partir deste questionamento, torna-se possível compreender que o discurso escolar sobre gêneros e sexualidades não se limitam a transmissão de conhecimentos, mas produzem sujeitos, delimitam identidades legítimas e definem fronteiras entre o que é tido como “normal” e o que é compreendido como “desviante”.

Como instituição central das sociedades disciplinares, a escola organiza o tempo, por meio de horários e calendários, organiza os espaços (salas, banheiros, filas), os corpos (uniformes, posturas) e os afetos (o que pode ou não pode ser demonstrado). Nesse contexto, comumente as normas de gêneros e sexualidades, pautadas em uma perspectiva essencialista, são naturalizadas como evidências biológicas ou morais. Entretanto, dentro de uma perspectiva construtivista e pós-crítica, compreendemos que elas resultam de processos históricos de produção de verdade.

No contexto da Educação Infantil, práticas de distinção entre “masculino” e “feminino” são reiteradas quando há presença de filas, apresentações, poses para fotografia separadas por gêneros, quando cores são atribuídas ou excluídas a partir do gênero, quando há expectativas de comportamento ou projeções de sexualidades a partir de comportamentos observados e tratados de forma embaralhada, onde se constituem um regime de verdade generificado.

Para além disso, às vezes sem perceber, a escola contribui para a reinscrição de categorias fixas de identidade, onde os sujeitos são incitados à falar quem são, submetendo-se à categorias disponíveis e pautadas em produção de saberes,

VEMGES & III SICODE

Encontro Maranhense Sobre Gênero,
Educação e Sexualidades

Simpósio Nacional Corpos e
Diversidade na Educação

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS

 [gesepe.ufma](https://www.instagram.com/gesepe.ufma)

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



classificação e diagnósticos presentes em discursos biomédicos sobre sexo ou argumentos pedagógicos sobre desenvolvimento adequado. Nesse contexto, a resistência não é exterior ao poder, mas emerge em seus interstícios. No espaço escolar, ela pode assumir múltiplas formas: narrativas autobiográficas que desafiam padrões normativos; práticas pedagógicas que problematizam a naturalização dos gêneros; reinterpretções curriculares que deslocam o centro da verdade oficial, naquilo que Foucault chama de práticas de contra-conduta.

É nesse intervalo, entre a imposição normativa e a possibilidade de recusa, que emergem as narrativas insurgentes. Elas não apenas contestam conteúdos específicos, mas questionam o próprio regime de verdade que sustenta tais conteúdos. Ao fazê-lo, deslocam a pergunta da identidade (“quem você é?”) para a da possibilidade (“como podemos nos constituir de outro modo?”). Trata-se de uma prática de subjetivação que não busca revelar uma essência autêntica, mas inventar modos de existência que escapem às formas hegemônicas de normalização.

É o que propõe duas professoras da Educação Infantil de uma escola localizada no interior do Maranhão. As chamaremos respectivamente de Púrpura e Anne⁴, ambas lecionam no primeiro período da pré-escola. Vamos iniciar pela fala de professora Anne, professora há 3 anos na rede, à época da pesquisa, casada, mãe de dois filhos, evangélica. Ao ser questionada sobre os desafios relacionados às questões de gêneros e sexualidades em sala de aula e como ela lida com eles, a professora afirmou de modo categórico:

*Eu percebo de forma corriqueira em sala de aula as questões relacionadas a associação de cores e gêneros, por exemplo: os meninos, têm que usar o azul, as meninas tem que usar o rosa, mas **há crianças do sexo masculino que gostam de pintar com rosa e às vezes acontece do coleguinha falar:***

⁴ Estas professoras participaram da pesquisa de mestrado autorizada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Maranhão, sob o Parecer nº 7.116.222.

VEMGES & III SICODE

Encontro Maranhense Sobre Gênero,
Educação e Sexualidades

Simpósio Nacional Corpos e
Diversidade na Educação

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS

 [gesepe.ufma](https://www.instagram.com/gesepe.ufma)

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



“rosa é coisa de menina” Recentemente uma criança (um menino) chegou com a unha pintadinha com glitter. E um adulto da escola comentou: “meu Deus! Como assim?!” e perguntou quem havia pintado a unha da criança e ele respondeu: “foi a mamãe”. **Eu faço mediações. Explico que as cores são de todos e o rosa não tem que ser só da menina e o azul só do menino. Você pode pintar com a cor que você quiser.** Em relação à escolha de brinquedos, tem meninas que gostam das brincadeiras dos meninos e eu observo. Então, todas as turmas eu observo que tem essas situações e eu particularmente deixo porque eu não tive uma infância onde meu pai dissesse “você não pode ir tomar banho no rio ou andar a cavalo porque você é menina”. Eu já vivi situações que as crianças disseram: “o carrinho é dos meninos, a menina não pode brincar com o carrinho” e eu respondi: “Mas a tia dirige”. Muitas crianças veem o coleguinha falar de determinada forma e reproduzem enquanto outros, já vêm de casa com esta separação de coisas de menino e coisas de menina. **Eu permito que eles brinquem e não acho que isso influencia em alguma coisa.** Se a família tem uma abertura, como no caso da mãe que pintou a unha do filho, eu acho que a gente tem que respeitar. Já aquele que tem uma visão mais fechada, **a professora precisa fazer a mediação para que a criança respeite**, porque uma coisa é o que eu acho, outra coisa é o respeitar o outro, é a escolha do outro. (Anne, E.N. 19 jun. 2024 – grifo nosso)

Melo (2025, p. 108) problematiza que “meninas e meninos são limitadas/os desde muito cedo a um tipo de brincadeira, a determinados tipos de comportamento e expressões ‘aceitáveis’, tudo isto baseado em um discurso generificado que impede experiências mais amplas do próprio corpo”, e como afirma professora Anne, muitas vezes os discursos chegam até a escola trazidos pelas crianças a partir de seu convívio familiar, mas não somente, uma vez que a sociedade em que vivemos reatualiza tais discursos em diferentes espaços, sendo a escola, um destes. Nota-se na narrativa de professora Anne, que dentre os próprios profissionais que compõem a escola, o patrulhamento de corpos e o discurso normativo se difunde de modo a “naturalizar” determinados comportamentos, tornando outros marginalizados.

Ampliar essa discussão implica reconhecer que a escola é simultaneamente espaço de reprodução e de reinvenção. Se ela opera como tecnologia disciplinar, também pode se tornar laboratório ético-político de novas formas de convivência.

VEMGES & III SICODE

Encontro Maranhense Sobre Gênero,
Educação e Sexualidades

Simpósio Nacional Corpos e
Diversidade na Educação

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS

 [gesepe.ufma](https://www.instagram.com/gesepe.ufma)

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



Pensar a educação a partir do conceito de regime de verdade significa, portanto, assumir que o currículo, as práticas pedagógicas e os discursos institucionais são campos de disputa e que neles se joga não apenas a transmissão de saberes, mas a própria produção do sujeito contemporâneo. Nesse sentido, professora Anne traz a mediação pedagógica como instrumento de reinvenção, pautando sua prática docente no respeito ao outro e ao mesmo tempo, balizada no não cerceamento das infâncias, a partir de sua própria experiência como sujeito que não vou reprimido em razão do gênero.

Butler (2015) contribui ao problematizar a precariedade como condição diferencialmente distribuída. Certas vidas permanecem fora do campo da inteligibilidade, ou seja, jamais compreendidas, uma vez que são interpretadas a partir de uma lógica heteronormativa e binária. No espaço escolar, estudantes LGBTQIAPN+ frequentemente experimentam violências que não são apenas físicas, mas discursivas e curriculares. Especialmente no contexto da educação infantil, o embaralhamento de gênero e sexualidade é frequente, onde comportamentos que são atribuídos a um determinado gênero são associados a uma determinada sexualidade. Quando tais comportamentos se apresentam em dissonância do ponto de vista da norma, são frequentemente combatidos, reprimidos, ou classificados, sendo alvo em potencial para exclusões e violências.

No exemplo dado pela professora Anne, quando ela responde “mas tia dirige”, retomamos aspectos históricos de conquistas das mulheres, que, até bem pouco tempo não exerciam este direito, bem como muitos outros como direito ao voto e à vida pública. Entretanto, ainda que conquistas tenham sido alcançadas, os resquícios de um pensamento pautado em papéis de gênero, ainda estão presentes na subjetividade dos sujeitos, refletindo inclusive nas falas de crianças pré-escolares. De modo alinhado à sua fala, professora Anne faz uma clara separação entre gênero e sexualidade quando afirma

VEMGES & III SICODE

Encontro Maranhense Sobre Gênero,
Educação e Sexualidades

Simpósio Nacional Corpos e
Diversidade na Educação

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS

 [gesepe.ufma](https://www.instagram.com/gesepe.ufma)

Realização



Apoio



 8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



“Eu permito que eles brinquem e não acho que isso influencia em alguma coisa”. O que ela promove é uma suspensão e questionamento destes papéis.

Frente a tais dispositivos, as narrativas configuram-se como práticas de desobediência epistemológica. A perspectiva biográfica de Ferrarotti (2014), compreende a experiência narrada como produção de sentido e como campo privilegiado de investigação. Narrar não é apenas recordar, é interpretar, é atribuir coerência e é reposicionar-se no mundo. Assim, a narrativa torna-se gesto político, onde ao contar sua história, o sujeito desloca a norma que o classifica como desvio. A palavra produz fissura e a escuta produz reconhecimento, numa dinâmica onde a pesquisa-formação converte-se em espaço de elaboração coletiva de sentidos.

A precariedade dos corpos generificados manifesta-se na exclusão curricular, na patologização das identidades trans, no silenciamento das experiências lésbicas, gays e bissexuais, e na invisibilização das interseccionalidades entre raça, classe e território. Lugones (2008) contribui ao evidenciar a colonialidade de gênero, demonstrando como a matriz colonial impôs classificações hierárquicas que ainda estruturam práticas educativas. Trazemos agora a narrativa de professora Púrpura, uma mulher negra, solteira, 59 anos, católica, mãe de dois filhos, exerce a docência há 27 anos, foi professora formadora no Curso Gênero e Diversidade na Escola, promovido pela Universidade Federal do Maranhão em 2009.

O ser humano não pode ser dividido. Nós sabemos que a escola é construída culturalmente a partir de muitas coisas, e nós [professores] vamos receber os sujeitos que estão aí participando [da sociedade]. Eles vêm de famílias assim [preconceituosas]. **O que cabe a nós é desconstruir certas coisas que ajudam a discriminar, que ajudam a reforçar mais um braço que a gente quer se livrar há muito tempo.** Por isso, vamos evitar [definir] cor de menino, cor de menina, fila para homem e fila para menina, menino para um lado, menina para outro. O que é que tem o menino brincar de casinha? É tratar com naturalidade, reforçar a questão nunca! (Púrpura, E.N. 21 jun. 2024 – grifo nosso)

VEMGES & III SICODE

Encontro Maranhense Sobre Gênero,
Educação e Sexualidades

Simpósio Nacional Corpos e
Diversidade na Educação

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS

 [gesepe.ufma](https://www.instagram.com/gesepe.ufma)

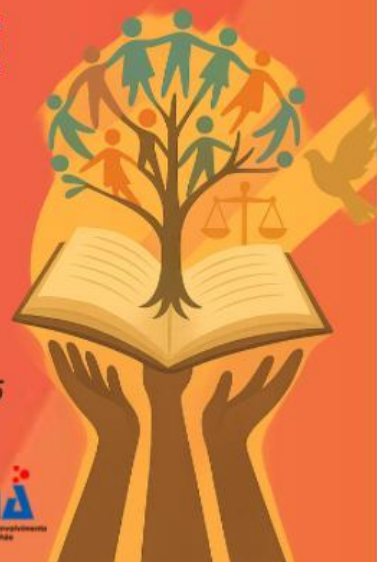
Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



Eu não sou polida como a minha coordenadora que fala manso. Eu tenho educação, mas não tem essa polidez toda para lidar com as situações. **Esse meu jeito é a forma que você tem como mulher, como preta, para se defender.** Você tem que ser forte e não deixar alguém pisar em você. Então é assim que eu ajo. Eu acredito que meus meninos vão aprender assim, que eles aprendem assim, porque eu já estudei assim, porque eu tenho uma discussão a zelar, por uma concepção e autores que eu acredito. É assim que vamos experimentar. (Púrpura, E.N. 21 jun. 2024 – grifo nosso)

Hooks (2022) defende a educação como prática de liberdade, convocando pedagogias engajadas capazes de acolher diferenças e produzir consciência crítica. Larrosa (2019), por sua vez, compreende a experiência como aquilo que nos passa, nos atravessa e nos transforma. Quando a escola nega a experiência dissidente, nega também a possibilidade de formação plena. A precarização é, portanto, também narrativa, ou seja, quando certas histórias não podem ser contadas, institui-se uma política do silêncio. Nesse sentido, o currículo opera como dispositivo de visibilidade e invisibilidade. Quando por outro lado, incluímos narrativas dissidentes, ampliamos o horizonte do possível, como faz a professora Púrpura que, a partir de sua experiência encarnada, de seu devir, de seus atravessamentos e de suas leituras, suspende o conhecido e problematiza sobre o que está posto.

Nesse sentido, o método biográfico e a entrevista narrativa configuram-se como estratégias potentes para acessar experiências subalternizadas. Schütze (2011) propõe uma escuta atenta às estruturas narrativas, identificando processos biográficos e rupturas significativas nos cursos de vida. Ferrarotti (2014) ressalta o caráter dialógico da narrativa, na qual pesquisador/a e participante constroem conjuntamente sentidos. Na perspectiva da pesquisa-formação, a narrativa não é apenas dado, mas dispositivo formativo. Ao narrar, docentes e estudantes reelaboram práticas, identificam opressões naturalizadas e projetam futuros alternativos. Trata-se de um movimento simultaneamente analítico e emancipatório.

VEMGES & III SICODE

Encontro Maranhense Sobre Gênero,
Educação e Sexualidades

Simpósio Nacional Corpos e
Diversidade na Educação

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS

 [gesepe.ufma](https://www.instagram.com/gesepe.ufma)

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



Embora professora Anne não tenha participado de formação sobre gêneros e sexualidades em sua formação acadêmica e permanente, ao planejar em cooperação com professora Púrpura (pois ambas são professoras em turmas de pré-escola 1), professora Anne evidencia em sua prática e discurso, o entrelaçamento de experiências que escapam à normatividade imposta. Ambas as professoras se reconhecem como autoras de suas próprias histórias, reinscrevendo suas existências no espaço público. Essa dimensão ética da narrativa articula-se à luta por direitos humanos, pois afirmar a própria voz é reivindicar dignidade.

Metodologicamente, defende-se uma abordagem qualitativa, interpretativa e interseccional, comprometida com a escuta sensível e com a produção compartilhada de conhecimento. A narrativa é, aqui, laboratório de futuros, ou seja, um espaço onde se ensaiam pedagogias outras, menos vinculadas à normatividade e mais habitáveis, encarnadas e situadas.

Considerações Finais

O trabalho reafirma a narrativa como instrumento de insurgência frente à precarização dos corpos na educação. Ao articular estudos de gênero, perspectivas decoloniais e método biográfico, evidencia-se que contar histórias é disputar regimes de verdade e ampliar as condições de possibilidade de vidas reconhecidas.

Conclui-se que práticas pedagógicas comprometidas com a escuta e com a pluralidade narrativa podem contribuir para a garantia dos direitos humanos no espaço educativo. A educação, compreendida como campo de disputa, pode transformar-se em território de invenção política, desde que reconheça as experiências dissidentes como saber legítimo.

VEMGES & III SICODE

Encontro Maranhense Sobre Gênero,
Educação e Sexualidades

Simpósio Nacional Corpos e
Diversidade na Educação

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS

 [gesepe.ufma](https://www.instagram.com/gesepe.ufma)

Realização



Apoio



 8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



Como desdobramento, sugere-se o aprofundamento de pesquisas-formação que articulem narrativas dos sujeitos que compõem o espaço escolar, aqui trabalhou-se no contexto da educação infantil, problematizando sobre o embaralhamento de gênero e sexualidades que se dão desde muito cedo na vida destes sujeitos. As narrativas produzidas por docentes, portanto, são uma ponte para novas elaborações neste espaço, pois a partir delas, é possível vislumbrar novas práticas.

Para além disso, uma ampliação possível é envolver estudantes e docentes LGBTQIAPN+, especialmente em contextos marcados por desigualdades estruturais, em outros níveis da educação básica. Nesse sentido, as narrativas assinalam as existências e a escuta surge como reconhecimento destas existências, onde transformar é tarefa coletiva.

Referências

BUTLER, Judith. **Desfazendo o gênero**. Tradução de Guacira Lopes Louro. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

FERRAROTTI, Franco. **História e histórias de vida**: o método biográfico nas ciências sociais. Tradução de Carlos Eduardo Galvão, Maria da Conceição Passegi. Natal: EDUFRRN, 2014.

HOOKS, Bell. Eros, erotismo e o processo pedagógico. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2022. p.143-156.

LARROSA, Jorge. **Tremores**: escritos sobre experiência. Tradução: Cristina Antunes, João Wanderley Geraldi, 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. 175p.

LORENZINI, Daniele. Foucault, regimes de verdade e a construção do sujeito. Tradução de Marcos N. Beccari. **Cadernos de Ética e Filosofia Política**, n. 37, p. 192-203. LORENZINI, Daniele. Foucault, Regimes of Truth and the Making of the Subject.

VEMGES & III SICODE

Encontro Maranhense Sobre Gênero,
Educação e Sexualidades

Simpósio Nacional Corpos e
Diversidade na Educação

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS

 [gesepe.ufma](https://www.instagram.com/gesepe.ufma)

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



In: CREMONESI, Laura et. al. (eds.). Foucault and the Making of Subjects. London: Rowman & Littlefield, 2016, p. 63-75. [N. T.].

LUGONES, Maria. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.) Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais. **Tabula Rasa [online]**. 2008, n.9, pp.73-102. ISSN 1794-2489.

MELO, Susy Kelly Azevedo de. **Narrativas de professoras da educação infantil sobre gêneros e sexualidades em uma escola pública municipal de Imperatriz/MA**. 2025. 173f. Dissertação (Mestrado Profissional em Formação Docente em Práticas Educativas) – Programa de Pós-Graduação em Educação e Práticas Educativas, Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, 2025.

SCHÜTZE, Fritz. Pesquisa biográfica e entrevista narrativa. In: WELLER, Wivian; PFAFF, Nicolle. (Org.). **Metodologias da pesquisa qualitativa em educação: teoria e prática**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 210-222.